

Nova Agenda Global tem como objetivo desenvolvimento urbano Especialistas debatem ODS da ONU e o papel central das cidades

14 de outubro de 2019

<https://www.caubr.gov.br/nova-agenda-global-tem-como-objetivo-desenvolvimento-urbano/>

A agenda global de desenvolvimento sustentável ratificada por todos os Estados-membros da ONU em 2015 – na qual constam os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que os países buscam alcançar até 2030 – é considerada por Cláudio Acioly Jr. como “a mais ambiciosa de toda a humanidade”.

Arquiteto, planejador urbano e chefe de Capacitação e Formação Profissional da ONU-Habitat, Acioly falou na manhã deste sábado, 12, em painel sobre ODS e nova agenda urbana, no último dia de atividades do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos.

“A ambição é não deixar que ninguém fique para trás em termos de oportunidades de seu desenvolvimento”, explica. Essa proposta tem relação direta com a urbanização e com as cidades.



Foto: Bruna Suptitz/CBA

Dados da ONU mostram que, por volta de 2050, 70% da população estará vivendo em cidades. No Brasil, já são quase 85% da população. “Estamos caminhando para um planeta de cidades, queiramos ou não queiramos. Então a importância da gestão urbana passa a ser preponderante”, defende Acioly.

A ideia teve respaldo na fala de Alexandre Gobbo Fernandes, consultor sênior da Plataforma de Economia Circular para as Américas e consultor associado na Geocidades Ltda. Para ele, “a importância das cidades como o local onde temos a grande maioria dos problemas e onde as grandes soluções vão acontecer para resolver esses problemas”.

Já Edson Cattoni, arquiteto e urbanista que atua na elaboração de estratégias para o planejamento do desenvolvimento de cidades e regiões, vê o papel do “planejador urbano como integrador de várias políticas setoriais que já existem, e as que não existem e tem que ser integradas”.

Ele acredita que é possível, a partir dos ODS, estabelecer um plano de trabalho que vai desde os objetivos que partem da participação comunitária e levá-los até um encaixe da agenda mundial.

Cid Blanco também tocou no ponto da participação. Coordenador do Observatório Metropolitano ODS, o arquiteto e urbanista lembra que o Brasil ocupou posição de destaque no processo de discussão dos objetivos da agenda 2030 da ONU.

Contudo, a mudança no cenário político brasileiro em 2016 levou primeiro ao corte da relação com a sociedade civil e, como consequência, da participação popular nesse processo. “Quem tem voz e voto na ONU são os países, não são a sociedade civil ou os municípios”, explica Blanco.

A reação surgiu já em 2017, quando entidades se organizaram para entregar à ONU, na parte da reunião anual da Agenda 2030 que é aberta à sociedade, um documento paralelo ao oficial, com dados que o governo não havia apresentado no relatório.

Ao fim da mesa, a mediadora Claudia Pires, após provocação da plateia sobre a relação da ONU com governos que não incentivam a participação popular, instigou que essa é uma demanda da sociedade e cabe à esta lutar pela manutenção desse direito.

[Saiba mais sobre a presença do CAU/BR no o 21o. Congresso Brasileiro de Arquitetos](#)

Fonte: [CBA](#)

Tags: [21o. Congresso Brasileiro de Arquitetos](#)

Categorias: [RECENTES](#), [Todas as Notícias](#).